

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.163 - AM (2020/0275754-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : DEMA INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTACOES DE
PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
ADVOGADO : RODOLFO PAULO CABRAL - AM003548

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FAZENDA NACIONAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO PIS E COFINS
MERCADORIAS NACIONAIS VENDAS REALIZADAS
ENTRE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS SITUADAS NA
ZONA FRANCA DE MANAUS INEXIGIBILIDADE.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1022 do CPC, no que concerne à ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 2º, §1º, da Lei n. 10.996/2005, 5º-A da Lei n. 10.637/2002, e 111 do Código Tributário Nacional, no que concerne à incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento decorrente das vendas internas de mercadorias realizadas pela parte na Zona Franca de Manaus, possuindo como destinatários pessoas físicas, tendo em vista que a norma diferencia as hipóteses de incidência ou não conforme a qualidade do destinatário, e não a finalidade da operação, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A sentença, mantida pelo acórdão ora recorrido, entendeu que a desoneração de PIS e COFINS sobre o faturamento das vendas de mercadoria de origem nacional realizadas na ZFM abarcam tanto para pessoas físicas como jurídicas.

Data maxima venia, equivocou-se o Tribunal regional ao manter referida determinação.

Ocorre que não deve ser afastada a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento decorrente das vendas de mercadorias realizadas pela parte na ZFM, possuindo como destinatários pessoas físicas.

O r. julgado deixou de diferenciar as vendas realizadas às pessoas jurídicas daquelas realizadas às pessoas físicas, ante a impossibilidade de aplicação extensiva do art. 2º, § 1º, da Lei nº

10.996/04 e do art. 5º-A da Lei nº 10.865/04 às vendas realizadas a estas (pessoas físicas).

Assim, devem ser concretamente distinguidas as situações que podem ser atingidas por tal interpretação extensiva, mostrando-se dessarrazoado promover a desoneração tributária genericamente a todas as vendas internas realizadas na ZFM.

Como se pode observar, os paradigmas (art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.966/04 e art. 5º-A da Lei nº 10.865/04) utilizados na interpretação extensiva do art. 4º do DL 288/67 não se destinam, em hipótese nenhuma, a pessoa física, uma vez que o objetivo das referidas normas legais é incentivar a industrialização no âmbito da ZFM.

Como é cediço, o art. 2º, § 1º, da Lei n. 10.996/04 reduziu a 0 (zero) a alíquota das contribuições ao PIS e à COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de produtos oriundos de outra parte do território nacional para a Zona Franca de Manaus.

Porém, vale frisar, a título de argumentação, que o referido dispositivo, é expresso ao limitar o benefício às operações envolvendo pessoas jurídicas. Veja-se

Art. 2º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, entendem-se como vendas de mercadorias de consumo na Zona Franca de Manaus - ZFM as que tenham como destinatárias pessoas jurídicas que as venham utilizar diretamente ou para comercialização por atacado ou a varejo. (g.n.)

No mesmo sentido, estabelece o art. 5º-A da Lei n. 10.637/02, com a redação dada pela Lei n. 10.865/04:

Art. 5º-A Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. (g.n.)

Desse modo, entende-se como venda de mercadorias para consumo na Zona Franca de Manaus as que tenham como destinatárias pessoas jurídicas que as venham utilizar diretamente ou para comercialização por atacado ou a varejo.

No caso específico de isenção tributária, o Código Tributário Nacional traz regras que contrariam a pretensão autoral e que restaram frontalmente violadas pela Corte Regional (destacou-se):

Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;

II - outorga de isenção;

III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.” (Código Tributário Nacional)

Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.” (Código Tributário Nacional)

Nesse entendimento, como exceção à regra que afasta a tributação, a isenção comporta interpretação e aplicação restritivas. Somente as hipóteses expressamente abraçadas pelo legislador podem gozar do benefício fiscal da isenção.

Pode-se afirmar, então, que a concessão de incentivo fiscal para quem não foi contemplado pelo legislador importa em ato do Juiz como legislador positivo, propiciando desoneração fiscal desarrazoada porquanto sem previsão legal (fls. 228-231).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Quanto à segunda controvérsia, por sua vez, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente